



Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Últimas cotações (em R\$)	Euro Comercial, venda na sexta-feira	Capital de giro Na sexta-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,17% São Paulo 0,5% Nova York	105.535 106.334 9/1110/1111/1112/11	R\$ 1.100	Na sexta-feira R\$ 5,457 (+0,98%) 5/novembro5,523 8/novembro5,541 9/novembro5,495 10/novembro5,500 11/novembro5,404	R\$ 6,244	6,76%	8,15%	Junho/20210,53 Julho/20210,96 Agosto/20210,87 Setembro/20211,16 Outubro/20211,25

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Após dois anos, especialistas apontam problemas que agravaram as desigualdades das novas regras de aposentadorias

Pouco a comemorar

» VERA BATISTA

A reforma da Previdência completou dois anos na última sexta-feira (12). Para governo e apoiadores das alterações nas aposentadorias e pensões, a aprovação do texto foi uma vitória e ajudou a contribuir com o ajuste fiscal no país, reduzindo a estimativa dessa despesa no futuro. Já os críticos lembram que números robustos dizem muito pouco. Inicialmente, estava prevista uma economia aos cofres públicos de mais de R\$ 1 trilhão, em 10 anos. Depois, esse número caiu para R\$ 855 bilhões. Eles lembram que a reforma não foi ampla (pois excluiu os militares) e não levou em conta as realidades diversas em um país com dimensão continental. Portanto, há pouco o que comemorar.

O Ministério do Trabalho e Previdência entende que a Nova Previdência, instituída pela Emenda Constitucional nº 103 (EC 103/2019), representou avanços significativos, sustentabilidade e equidade do sistema. Para o órgão, a fixação de idade mínima, de contribuições por faixas de salário e a convergência de regras entre regimes são importantes conquistas e aproximam as regras brasileiras do resto do mundo. “Mesmo com os avanços, a despesa com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) deverá saltar de cerca de 8,6% do PIB, em 2022, para 13,9%, em 2060. Antes, as estimativas eram de 16,4% do PIB em 2060”, destaca, em nota, o ministério.

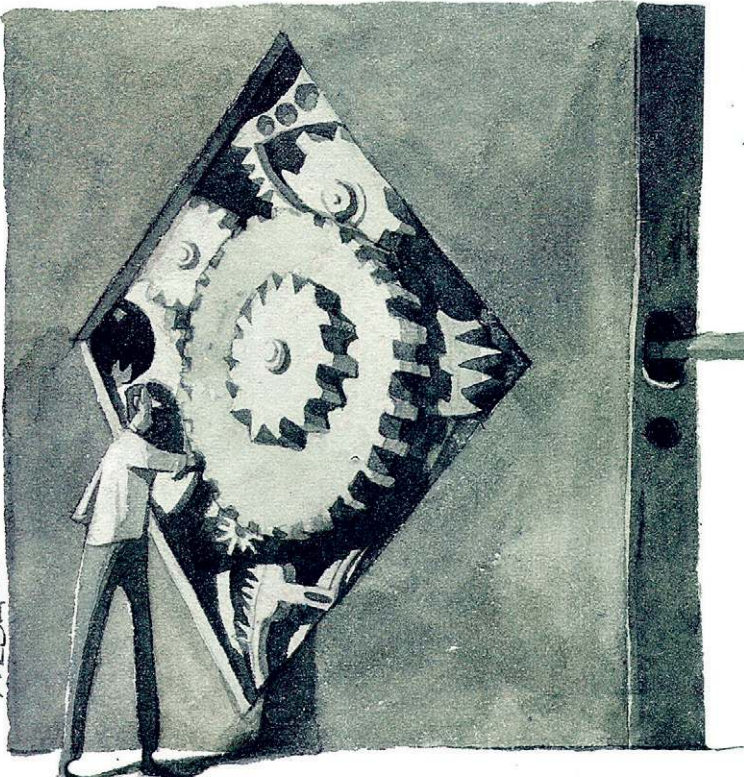
Em relação aos estados, 19 fizeram reformas previdenciárias amplas, segundo o ministério. Mas analistas lembram que mais de dois mil municípios ainda não se adequaram às exigências das novas regras.

» 13 milhões no setor privado

De acordo com pesquisa da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprev), mais de 13 milhões de brasileiros têm previdência privada no Brasil. O cálculo indica que 6,5% da população brasileira fizeram esse tipo de plano. O economista Marcos Holanda, especialista da entidade, explica que a covid-19 mudou o hábito do brasileiro e trouxe a consciência da necessidade de planejamento do futuro. “Entre 2020 e 2021, a procura e contratação pelo serviço privado cresceu 16% em todo o Brasil”, diz Holanda.

Mas, mesmo entre os que defendem as novas regras, há quem aponte pontos frágeis. Washington Barbosa, diretor de Relações Governamentais do Instituto de Estudos Previdenciários, Trabalhistas e Tributários (Ieprev), assinala que os mais prejudicados pela reforma foram os integrantes da classe média. Ele destaca que a queda no orçamento foi brutal. Se o falecido estava na ativa, o montante da pensão será calculado com base na aposentadoria por incapacidade e os herdeiros vão receber menos da metade do que for definido como “cota família”. “Foi um retrocesso”, admite.

Fabrizio Silvestre, economista pleno do TC investimentos, assinala que a principal justificativa para a reforma foi de que a trajetória da despesa colocava em risco o orçamento público — resultaria no direcionamento de



Os impactos para os servidores foram mais acentuados, em especial, para o sexo feminino”

Thais Riedel
presidente do Instituto
Brasiliense de Direito
Previdenciário e
da Acbrap

da Rede Nossa São Paulo, que expôs como as novas regras colocaram uma boa parcela dos trabalhadores em um limbo previdenciário. “Segundo o documento, os moradores de 15 dos 96 distritos da capital paulista têm expectativa média de vida inferior a 63 anos. Na comparação entre extremos, o morador do bairro periférico Cidade Tiradentes, na Zona Leste, tem a menor idade média ao morrer, de 58,3 anos. Já o rico, morador do Alto Pinheiros, na Zona Oeste, tem expectativa média de vida maior, de 80,9 anos.

Thais Riedel, presidente do Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário e da Associação Confederativa Brasileira da Advocacia Previdenciária (Acbrap), destaca que a reforma era necessária, em razão do envelhecimento da população e da inversão da pirâmide etária. Mas,

todo o orçamento para despesas obrigatórias. “Sob essa perspectiva, observamos que a quantidade anual de benefícios concedidos diminuiu em 6,2%, em 2020, e 0,9%, de outubro de 2020 a setembro de 2021”, afirma. Para ele, o prazo ainda é curto para avaliar os impactos.

Pobres financiam ricos

João Badari, especialista em direito previdenciário e sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, ressalta que a obrigatoriedade da idade mínima de 65 anos para a aposentadoria de homens e de 62 para mulheres, imposta pela reforma,

fará com que um grande número de pessoas, principalmente as mais pobres, contribuam com o financiamento de um sistema que não terão acesso. A população de periferias urbanas ou das zonas rurais precisa entrar no mercado de trabalho mais cedo e vive em situação precária, o que diminui a expectativa de vida. “Por outro lado, moradores de bairros nobres de grandes cidades, em melhores condições de renda, vivem cerca de 80 anos e contam com o benefício por mais tempo, com a contribuição dos mais necessitados”, diz.

Essa conclusão ficou clara, segundo o advogado, na edição de 2021 do Mapa da Desigualdade,

COM A POLÍTICA ECONÔMICA OPERADA POR RAZÕES ELEITOREIRAS, TODOS PERDEM, EXCETO OS AVENTUREIROS

BRASIL S/A

por Antonio Machado



antonio.machado.df@dabr.com.br

2022 será terrível

É mais fácil falar das certezas que nos aguardam em 2022, ano de eleições, do que do cotidiano político desenrolado à nossa vista. O presente tomado por decisões irracionais e oportunistas do governo em conluio com o Congresso, em especial a Câmara, distorce qualquer cenário econômico por mais capazes que sejam os nossos futurólogos.

Se já não está bom, em 2022 estará pior. Foi o que aconteceu com a inflação medida pelo IPCA de outubro: avançou 1,25% em relação a setembro e 10,67% em 12 meses, a maior para o mês desde 2002. Ninguém acertou (o mais pessimista previa 1,19%). Nem o Banco Central, diga-se, cada vez mais constangido por não entregar as certezas, que valem bilhões no jogo de compra e venda de títulos da dívida pública, esperadas pelos operadores do mercado financeiro. Uma aposta mal feita estraga o bônus do ano...

O BC vem subindo a Selic às talagadas. Saiu de 2% ao ano, seu nível em março passado, o menor da história, para 7,75% em outubro, e com aceno formal de 9,25% em dezembro. Depois da invertida da inflação, porém, crescem as pressões dos traders da dívida e seus consultores para o BC usar o chicote monetário sem dó. No lombo de quem?

Sem inibição, seus porta-vozes defendem a Selic elevada a 9,75% em dezembro, com o BC inflando-a em 2022 até a faixa de 12% a 13%.

Em linguagem franca: presidente franco, obcecado com a reeleição e capturado por políticos que o apoiam em troca do controle da lei orçamentária e do direcionamento da despesa pública conforme seus interesses pessoais, e ministro da Economia sem

nenhuma autoridade, depois de desmoralizado pelo próprio chefe, são o retrato de um país em que só os mais atrevidos têm a ganhar. Ou seja: quem aplica dinheiro em prazos curtos, arbitrando juros referenciados pela taxa Selic que o BC pilota ao sabor das pressões da inflação, do câmbio, como um equilibrista com labirintite.

Tudo começou com a asneira no fim de 2019 ao aceitar passivamente a desvalorização do real frente ao dólar — o “regime de juro baixo e câmbio alto”, como anunciou com ar festivo o ministro da Economia no início do ano passado. A inflação começou a desandar ali.

Basta juntar as pontas soltas desse carretel de imprudências para se inferir que a economia será magérrima em 2022, o desemprego não vai ceder. Não haverá a pujança falada pelos inquilinos do poder.

Cadê os bons propósitos?

Então, o BC corre atrás da inflação, que disparou e corrói o poder aquisitivo da sociedade, sobretudo dos mais pobres, com a gasolina chegando a R\$ 8, o preço da cesta básica encostando em R\$ 700 etc.

Como se virar com salário mínimo de R\$ 1.100? Até o Bolsa Família, rebatizado de Auxílio Brasil pelo bolsonarismo e que vai pagar em média R\$ 400 a 17 milhões de famílias, já vai começar defasado.

É muita lambança para uma economia cujo crescimento potencial vem encolhendo há quatro décadas, desde que o liberalismo financeiro se tornou hegemônico e descartou a indústria como prioridade, além de desprezar o planejamento do Estado como coisa de comunista.

Reúna ideologia — sim, o tal neoliberalismo é uma ideologia tanto quanto a socialde-

mocracia keynesiana, mas disfarçado sob a forma de evidências precisas — com gestão inepta, que vem de longe, adicione a governança disfuncional de um sistema em que o presidente divide amplos poderes com o parlamento moldado pela Constituição de 1988 para ser a âncora da República, e se tem o resultado de um país com economia estagnada e demandas sociais legítimas insaciáveis.

O orçamento está deficitário desde 2014, o que não é grave, se as razões fossem o gasto com investimento bem gerido, com educação de qualidade, tudo gerando empregos, que fizesse a assistência social ser uma política residual. Mas cadê os bons propósitos e visão?

Dólar justo seria R\$ 4,50

As perdas resultantes do crescimento abaixo do pleno potencial da capacidade produtiva da economia são pouco mencionadas, mas estão no radar dos grandes investidores, sobretudo do exterior. Onde não há crescimento no ritmo devido, prosperam os piores instintos.

Isso vai piorar com a inflação na ribalta, tornando a vida menos acessível e a governança política, mais difícil. Com crescimento as pessoas tendem a ser mais tolerantes com desaforos. Com estagnação, eventualmente recessão, tudo mal resolvido aflora e torna explosivo o ambiente político. A sensação é de que a corda está para romper.

O dramático é que não tem de ser assim. Como registra há semanas o economista-chefe do Institute of International Finance, think tank dos grandes bancos do mundo, Robin Brooks, o “valor justo” do real frente ao dólar é de R\$ 4,50, considerando os “altíssimos” termos de troca, graças às commodities, da balança comercial.

É da derrota do real e dos choques de

oferta no exterior que vêm as pressões inflacionárias. “A demanda não é fonte de inflação no Brasil”, diz Brooks, ex-chefe de moedas do Goldman Sachs e, antes, do FMI. Ao subir a Selic, o BC faz o oposto: sufoca o consumo.

R\$ 430 bi perdidos ao ano

Tudo considerado, Brooks estima a folga na economia para crescer sem inflação, criando empregos, em algo como 5% do PIB. Equivale a R\$ 430 bilhões não realizados este ano. Na verdade, é muito mais. O produto realizado é cumulativo e se procria gerando mais valor.

A perda de PIB potencial paga qualquer programa social, que seria menor, já que o progresso atrai investimentos, que criam empregos e aumentam a renda, que expandem o consumo, a produção, num circuito que se auto alimenta e forma cidadãos. Chama-se desenvolvimento.

Se crescesse ao ritmo de 2,5% desde a década passada, e não 0,3% como foi, ou 1,3% como tem sido desde a recessão de 2014 a 2015, o PIB do Brasil, em dólares, estaria mais perto de US\$ 4 trilhões, como o da Alemanha, e não de US\$ 1,6 trilhão, como deve ser este ano.

Isso é o que se deve ter em mente ao se olhar o que os governantes e políticos estão fazendo. Se chegam ao ponto de pôr na Constituição o calote de dívidas transitadas em julgado, colocando em xeque até o pagamento da dívida mobiliária do Tesouro, não é o caixa público que está puido, mas a moral dos eleitos para nos representar, não para servir a si próprio, aos filhos, amantes, militantes etc.

O país não está à beira do precipício, como dizem. Estará se o eleitor não se atentar que nenhuma economia tolera desaforo sem fim.